

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.SAs. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como a legislação em vigor, e aprovadas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados e aprovados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2017, uma arrecadação de R\$ 1,684 bilhão (R\$ 1,605 bilhão no exercício de 2016), que representa um crescimento de 4,92%. A Mediservice, ao longo do exercício de 2017, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos planos, soluções e serviços aos clientes, assim como na melhoria de resultado, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde, empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, com geração de sinergias.

Resultado do Exercício

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$ 48,838 milhões (R\$ 58,274 milhões no exercício de 2016), representando uma rentabilidade de 15,21% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Investimentos

Os Ativos financeiros estão classificados na categoria "Valor Justo por meio do Resultado", conforme normas contábeis em vigor.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Programa "Meu Doutor": em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), o programa conta com duas novas especialidades: Cardiologia, com enfoque em Doença Coronariana; e Ortopedia, com enfoque em Ombro, Joelho e Quadril, disponíveis para todos os planos da Mediservice;
- Planos Administrados: intensificou o desenvolvimento de diversas iniciativas, visando aprimorar os processos voltados para a administração de planos na modalidade de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos e serviços aos clientes e na gestão de resultado;
- Rede Credenciada: ampliação da Rede Credenciada de prestadores de serviços médicos, especialmente de clínicas de especialidades médicas, bem como da quantidade de transações eletrônicas, para recepção e tratamento de contas médicas ambulatoriais e hospitalares;
- Acordos com a Rede Credenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Credenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Programa de Pagamentos Direto de OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais) a Fornecedores: visa oferecer aos seus beneficiários, materiais médicos de excelente qualidade, garantindo custos adequados e grande variedade de materiais com abrangência de distribuição em todo o país, por meio de relacionamento com os principais fabricantes internacionais de Materiais Especiais de Elevado Custo;
- Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde: manutenção de programas que visam melhorar as condições de saúde dos beneficiários, pela ação preventiva sobre os principais fatores de riscos da população, em conformidade com o programa aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); e
- IDSS: a Mediservice atingiu mais uma vez a colocação na faixa superior do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), do programa de Qualificação das Operadoras 2017 (ano-base 2016), desenvolvido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Participativas e Planos da Administração para o ano de 2018

- Status de Penha: lançamento da funcionalidade de "Status de Penha", que permite ao beneficiário consultar, por meio do site, a situação dos pedidos que necessitam de autorização;
- APP Mediservice: lançamento do aplicativo móvel para as plataformas IOS e Android, que visa facilitar ainda mais o dia a dia dos usuários da Mediservice, oferecendo a Pesquisa na Rede Credenciada, consulta ao Cartão Virtual, dentre outros serviços; e
- Inclusão de novas funcionalidades no site da Mediservice, tais como agendamento "Meu Doutor" e "Novamed", ampliação dos serviços do Desconto Farmácia, marcação de Referenciados favoritos, dentre outros, que foram cadastrados no Sistema OTImize.

Riscos: operacional, crédito, mercado e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, mecanismos de Riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acultamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência, ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Mediservice Operadora de Plano de Saúde: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e Compliance do Grupo Bradesco Seguros. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley e/ou com os principais frameworks de controles, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology).

Os trabalhos de controles internos razoavelmente em conjunto com as relacionadas áreas de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Mediservice, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos Órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco Seguros. Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Mediservice coibe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes.

Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetem o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Mediservice. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nesse linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
ATIVO			
CIRCULANTE		608.448	594.645
Disponível		5.187	3.673
Realizável		603.261	590.972
Aplicações financeiras	4	323.773	324.512
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		304.081	266.198
Aplicações livres		19.692	58.314
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		275.313	263.423
Contraprestação pecuniária a receber	6	264.945	251.616
Operadoras de planos de assistência à saúde		9.932	10.084
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		436	1.723
Créditos tributários e previdenciários	7	2.985	3.014
Bens e títulos a receber		1.184	19
Despesas antecipadas		6	4
ATIVO NÃO CIRCULANTE		34.702	36.630
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		27.730	30.972
Créditos tributários e previdenciários	7	25.634	27.165
Depósitos judiciais e fiscais	8	2.096	3.807
IMOBILIZADO	9	1.242	1.454
Imobilizado de uso próprio		298	359
Outras imobilizações		944	1.095
INTANGÍVEL	10	5.730	4.204
TOTAL DO ATIVO		643.150	631.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2017	2016
PASSIVO			
CIRCULANTE		294.679	313.748
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	203.076	212.877
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		4.121	735
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		198.955	212.142
Débitos de operações com planos de assistência à saúde		9.748	5.098
Tributos e encargos sociais a recolher	12	10.413	16.648
Débitos diversos	13	71.442	79.125
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.663	22.958
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	11	2.236	-
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		2.236	-
PROVISÕES		14	14.427
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	341.808	22.958
Capital social		254.500	254.500
Reservas de lucros		77.308	40.069
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		643.150	631.275

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		1.683.764	1.605.165
Contraprestações líquidas		1.683.764	1.605.165
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(5.182)	(6.609)
Eventos indenizáveis líquidos		(1.594.889)	(1.513.871)
Eventos conhecidos		(1.594.889)	(1.513.871)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		83.693	84.685
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		527	766
Receita de assistência à saúde não relacionados com o plano de saúde da operadora		492	11.082
Outras receitas operacionais		492	11.082
Outras despesas operacionais	19a	(21.346)	(25.887)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(17.772)	(21.843)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(1.136)	(1.328)
Provisão para perdas sobre créditos		1.802	(1.523)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		(4.240)	(1.193)
Resultado bruto		63.366	70.646
Despesas de comercialização		(868)	(1.571)
Despesas administrativas	19b	(22.040)	(24.687)
Resultado financeiro líquido	19c	34.288	43.846
Receitas financeiras		37.174	47.249
Despesas financeiras		(2.886)	(3.403)
Resultados patrimoniais		-	(9)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		74.746	88.225
Imposto de renda	19d	(16.211)	(22.798)
Contribuição social	19d	(6.065)	(8.288)
Impostos diferidos	19d	(3.174)	1.312
Participações sobre o lucro		(4.578)	(177)
Resultado líquido do exercício		48.838	58.274
Quantidade de ações		93.281.729	93.281.729
Lucro por ação - R\$		0,52	0,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	48.838	58.274
Total do resultado abrangente do exercício	48.838	58.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividades operacionais	2017	(reapresentado)
(+) Recebimento de planos de saúde	1.587.202	1.561.663
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.541.654	1.455.402
(+) Outros recebimentos operacionais	91.330	80.983
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.606.277)	(1.483.342)
(-) Pagamento de comissões	(868)	-
(-) Pagamento de pessoal	(7.617)	(5.735)
(-) Pagamento de serviços terceiros	(15.729)	(16.777)
(-) Pagamento de tributos	(41.783)	(25.028)
(-) Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(7.186)	(957)
(-) Pagamento de aluguel	(1.556)	(2.337)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(337)	(214)
(-) Aplicações financeiras	(1.506.611)	(1.468.778)
(-) Outros pagamentos operacionais	(1.783)	(88.666)
Caixa líquido das atividades operacionais	30.439	6.214
Atividades de investimentos		
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - método direto	-	(5)
(-) Pagamento relativo ao ativo intangível	(2.826)	(2.577)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.826)	(2.582)
Atividades de financiamento		
(-) Pagamento de participação nos resultados	(519)	(728)
(-) Pagamentos de dividendos	(25.580)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(26.099)	(728)
Variação de caixa e equivalente de caixa	1.514	2.904
Caixa - Saldo inicial	3.673	769
Caixa - Saldo final	5.187	3.673
Ativos livres no início do período	58.314	44.512
Ativos livres no final do período	19.692	58.314
(Diminuição)/aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	(38.622)	13.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	254.500	7.376	24.419	-	286.295
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.274	58.274
Dividendos antecipados (R\$536,01 por lote de mil ações)	-	-	(24.420)	(25.580)	(50.000)
Destinação do lucro líquido	-	2.914	29.780	(32.694)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	254.500	10.290	29.779	-	294.569
Lucro líquido do exercício	-	-	-	48.838	48.838
Dividendos propostos (R\$124,34 por lote de mil ações)	-	-	-	(11.599)	(11.599)
Destinação do lucro líquido	-	2.442	34.797	(37.239)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	254.500	12.732	64.576	-	331.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social: a) operar planos de assistência à saúde coletivos e planos de assistência odontológica; b) desenvolver atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção ocupacional, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias; c) prestar serviços relacionados à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Alphaville, nº 779 - Empresarial 18 do Forte - Barueri - São Paulo. A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A..

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacionais e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que emite os pronunciamentos institucionais emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações financeiras e 14 – Provisões para ações judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. (conforme nota explicativa nº 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Reapresentação dos valores correspondentes

A Demonstração dos fluxos de caixa está sendo apresentada pelo método direto, conforme faculdade concedida pela RN 418/2016 da ANS. A demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, anteriormente elaborada e divulgada pelo método indireto, foi reapresentada para o método direto para fins de comparabilidade.

f. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, estão descritos a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia incluem os valores registrados nas rubricas “Créditos de operações com planos de assistência à saúde” e “Bens e títulos a receber” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável de Contraprestações e de taxa de administração a receber com base em evidência que consiste em observar os índices de recebimento em relação às contraprestações emitidas, por cliente, nos últimos seis meses. Para os contratos com parcelas em atraso superior a 90 dias, cujo percentual de recebimento seja menor que 80% das emissões no período em estudo, é provisionada a totalidade do crédito. Nos contratos cujo percentual de recebimento for superior a 80% das emissões no período de estudo, são provisionadas as parcelas vencidas com período igual ou superior a 90 dias.

g. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios reconhecidos pelo custo histórico, reduzidos por depreciação acumulada e perdas por reduções ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas, equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

i. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

j. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é determinada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

l. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custo do plano de benefício definido e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Doutros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240, no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (diferenças correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e não serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

n. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São elas:

CPC 47– Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada.

A referida norma substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 47 (IFRS 15), CPC 48 (IFRS 9) , serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas).

Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos inerentes à estrutura operacional da Companhia, define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos em fase de implementação gradual, visando à apuração mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que mais que 95% dessas aplicações estão classificadas na carteira de *rating* AAA como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	AAA	AA	A	Total
Valor justo por meio do resultado	323.331	173	269	323.773
Título de Renda Fixa Público	317.079	-	-	317.079
Título de Renda Fixa Privado	6.252	173	269	6.694

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o gerenciamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.



Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Companhia. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrimos alta exigência de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	2017	
	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (ii)	Fluxo de Passivos (iii)
À vista ou sem vencimento definido.....	5.187	-
Fluxo de 0 a 3 meses.....	668.147	278.599
Total	673.334	278.599

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de melhores com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. As provisões técnicas foram consideradas a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher, provisões técnicas de operações de assistência à saúde e de sinistros diversos. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente, é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimento financeiro da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros renda fixa considerado de baixo risco principalmente de operações compromissadas. Sendo assim, o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e PL menor que R\$1 mil.

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade dos processos de gerenciamento de risco de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

f. Gerenciamento de capital

Gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

Processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

g. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2017	%	2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	323.773	100,00	324.512	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	323.773	100,00	324.512	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2017						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado							
Letras financeiras do tesouro	-	36.101	23.220	257.758	317.079	317.061	18
Notas do tesouro nacional							
- operação compromissada	6.252	-	-	-	6.252	6.252	-
Letras financeiras de emissores privados ..	-	-	-	442	442	441	1
Total	6.252	36.101	23.220	258.200	323.773	323.754	19

	2016						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado							
Letras financeiras do tesouro	-	-	22.799	264.180	286.979	287.351	(372)
Letras financeiras do tesouro							
- operação compromissada	33.171	-	-	-	33.171	33.171	-
Letras financeiras de emissores privados ..	-	1.429	2.248	-	3.677	3.669	8
Debêntures	-	-	685	-	685	684	1
Total	33.171	1.429	25.732	264.180	324.512	324.875	(363)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2017	2016
Total das provisões técnicas (A).....	205.312	212.877
Quotas de fundos de investimentos (B)	304.081	266.198
Suficiência (B) - (A)	98.769	53.321

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2017			2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado						
Letras financeiras do tesouro	317.079	-	317.079	286.979	-	286.979
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	6.252	6.252	-	-	-
Letras financeiras de emissores privados	-	442	442	-	3.677	3.677
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada.....	-	-	-	-	33.171	33.171
Debêntures	-	-	-	-	685	685
Total	317.079	6.694	323.773	286.979	37.533	324.512

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	324.512	270.502
(+) Aplicações	1.506.611	1.468.778
(-) Resgates	(1.541.654)	(1.455.402)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado	34.304	40.634
Saldo em 31 de dezembro	323.773	324.512

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 101,54% do CDI no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark* as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foi 100% da SELIC (títulos pós-fixados).

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui posição pendente de derivativos, em 31 de dezembro de 2017.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

a. Contraprestação pecuniária a receber por faixa de vencimento

	2017	2016
Total a vencer até 30 dias	214.115	222.562
Total vencidos:		
Até 30 dias.....	36.009	24.735
De 31 a 120 dias	12.567	6.502
Acima de 120 dias	10.887	8.070
Total vencidos	59.463	39.307
Provisão para risco de crédito	(8.633)	(10.253)
Total	264.945	251.616

b. Movimentação de contraprestação pecuniária a receber

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	251.616	209.572
(+) Contraprestações emitidas	1.513.942	1.434.306
(+) Taxa de administração e de implantação.....	80.395	82.527
(-) Recebimentos	(1.582.628)	(1.473.266)
(+/-) Reversão/constituição de provisão de perda.....	1.620	(1.523)
Saldo em 31 de dezembro	264.945	251.616

7 Créditos tributários e previdenciários

a. Ativos fiscais

	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Créditos tributários diferidos (i).....	-	7.549	7.549	-
Impostos a compensar	2.985	-	2.985	3.014
Outros créditos tributários e previdenciários (*)	-	18.085	18.085	-
Total	2.985	25.634	28.619	30.179

(*) Refere-se a valor de INSS - alíquota de 15% sobre o valor pago às cooperativas de trabalho com trânsito julgado favorável, no montante de R\$18.085 mil (R\$16.443 em 31 de dezembro de 2016), sendo de principal R\$11.017 mil e R\$7.068 (R\$5.426 em 31 de dezembro de 2016) de atualização monetária.

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2016	Constituição	Realização	Saldo em 2017
Provisão para contingências cíveis	5.859	3.001	(4.827)	4.033
Provisão para riscos de crédito	3.482	2.978	(3.525)	2.935
Provisão para contingências trabalhistas.....	1.192	977	(1.753)	416
Provisão para participação lucros empregados	185	178	(202)	161
Outros	4	-	-	4
Total	10.722	7.134	(10.307)	7.549

	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Provisão para contingências cíveis	5.203	9.971	(9.315)	5.859
Provisão para riscos de crédito	2.964	801	(283)	3.482
Provisão para contingências trabalhistas.....	673	568	(49)	1.192
Provisão para participação lucros empregados	351	113	(279)	185
Outros	219	-	(215)	4
Total	9.410	11.453	(10.141)	10.722

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018.....	1.209	435	1.644
2019.....	870	313	1.183
2020.....	695	250	945
2021.....	584	210	794
2022 em diante.....	2.194	789	2.983
Total	5.552	1.997	7.549

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta R\$7.045.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2017	2016
Trabalhistas	753	1.419
Imposto de renda.....	-	1.087
Depósitos judiciais de sinistros.....	1.343	887
CSLL	-	414
Total	2.096	3.807

9 Imobilizado

	Saldo em 2016	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2017
Bens móveis	359	-	(61)	298
Outras imobilizações	1.095	-	(151)	944
Total	1.454	-	(212)	1.242

	Saldo em 2015	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2016
Bens móveis	421	5	(67)	359
Outras imobilizações	1.309	-	(214)	1.095
Total	1.730	5	(281)	1.454

10 Intangível

	Saldo em 2016	Aquisição	Amortização	Baixa	Saldo em 2017
Software	4.204	2.826	(1.300)	-	5.730
Total	4.204	2.826	(1.300)	-	5.730

	Saldo em 2015	Aquisição	Amortização	Baixa	Saldo em 2016
Software	2.334	2.586	(716)	-	4.204
Outros.....	9	-	-	(9)	-
Total	2.343	2.586	(716)	(9)	4.204

###

14 Provisões para ações judiciais

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. Os passivos relacionados às obrigações legais em discussão judicial são mantidos até a definição da ação.

(i) Obrigações legais

Taxa de saúde suplementar por plano de assistência à saúde – TSS
A Companhia pleiteia, através de ação judicial distribuída em 26/07/2017, a desconstituição da obrigatoriedade da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde – TSS, autorizada pelo artigo 20, inciso I, da Lei nº 9.961/2000, bem como a compensação dos valores pagos nos últimos cinco anos. Já foi proferida decisão concedendo a ação de urgência (liminar) para determinar a suspensão da exigibilidade da TPS. Em 31 de dezembro de 2017 o processo encontra-se em fase inicial e aguarda julgamento, encontra-se provisionado o montante de R\$709 mil.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido perspectiva judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses (para ex-funcionários) e últimos 60 meses (para terceiros). É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Companhia não têm valores relevantes.

(iii) Passivos contingentes

Refere-se a execuções fiscais de ISSQN (principal e obrigações acessórias), decorrentes de deduções de pagamentos realizados pelas operadoras de planos aos prestadores de serviços à saúde nas bases de cálculo deste imposto no período de dezembro de 2007 a dezembro de 2011, no montante de R\$188.718. A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

(iv) Processos cíveis

Referem-se a estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(v) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.701	4.022	17.235	-	22.958
Constituições líquida das reversões e baixas	(866)	(2.743)	(534)	709	(3.434)
Pagamentos	(882)	(56)	(4.206)	-	(5.144)
Atualização monetária	47	-	-	-	47
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	1.223	12.495	709	14.427
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.110	1.980	15.306	-	19.396
Constituições líquida das reversões e baixas	-	2.287	2.782	-	5.069
Pagamentos	(573)	(245)	(853)	-	(1.671)
Atualização monetária	164	-	-	-	164
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.701	4.022	17.235	-	22.958

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 93.281.729 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	48.838	58.274
Constituição da reserva legal	(2.442)	(2.914)
Base de cálculo dos dividendos	46.396	55.360
Dividendos propostos/antecipados (nota 18)	11.599	50.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	90,31%

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma da legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido contábil	331.808
(-) Despesas antecipadas	(6)
(-) Ativos intangíveis	(5.730)
Patrimônio líquido ajustado	326.072
Margem de solvência	
(A) 0,20 vezes de 50 % das contraprestações - Últimos 12 meses	168.376
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos indenizáveis - Últimos 36 meses	238.674
Maior entre (A) e (B)	238.674
Suficiência	87.398

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2017 totalizou R\$63 (R\$55 em 2016), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$252 (R\$202 em 2016) em benefícios a conceder.

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	2017	2016	2017	2016
Ativo	6.652	36.556	Despesas	(66.543) (65.447)
Disponível	400	2.163	Rateio das despesas administrativas (a)	(3.957) (3.980)
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	400	2.163	Bradesco Seguros S.A. (controladora indireta)	(3.957) (3.980)
Aplicações financeiras	6.252	34.393	Despesa com prestação de serviços (b)	(7.103) (8.856)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (c)	6.252	34.393	Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (empresa ligada)	(6.281) (8.153)
			Odontoprev S.A. (empresa ligada)	(822) (703)
Passivo	41.821	56.155	Despesa com aluguel	(1.252) (1.813)
Débitos diversos	364	326	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(185) (174)
Bradesco Seguros S.A. (controladora indireta)	364	305	BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda (empresa ligada)	(1.067) (1.639)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada)	-	21	Eventos avisados	(54.231) (50.798)
Dividendos a pagar	36.019	50.000	Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco Seguros)	(53.583) (50.479)
Bradesco Saúde S.A. (controladora direta)	36.019	50.000	Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada)	(648) (319)
Sinistros a pagar	5.438	5.829		
Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco Seguros)	5.220	5.797		
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (Empresa Ligada)	218	32		
Total (Ativo - Passivo)	(35.169) (19.599)		Total (Despesas)	(66.543) (65.447)

(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

DIRETORIA

Manoel Antonio Peres	- Diretor-Geral
Ivan Luiz Gontijo Júnior	- Diretor-Gerente
Curt Cortese Zimmermann	- Diretor-Gerente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	- Diretor
Flávio Bitter	- Diretor
Thais Jorge de Oliveira e Silva	- Diretora
Juliano Ribeiro Marçílio	- Diretor

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos nas demonstrações contábeis da Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice – Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

(b) Refere-se à prestação de serviço de processamento de informações relativas a eventos.

(c) Refere-se a operações compromissadas de títulos públicos.

Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme é determinado o Estatuto Social. Em 2017, foi determinado o valor máximo de R\$84 (R\$84 em 2016) para a remuneração dos Administradores.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Despesas com encargos sociais	(6.845)	(6.936)
Despesas com serviços de terceiros	(16.641)	(10.229)
Reversão/(constituição) de provisão para perdas sobre créditos	1.802	(1.523)
Despesa com condenações judiciais	4.739	(2.407)
Programa PROMOPREV	(1.136)	(1.328)
Materiais diversos	(3.265)	(3.464)
Total	(21.346)	(25.887)

b. Despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(6.639)	(5.576)
Ordenados	(2.981)	(8.454)
INSS/FGTS	(1.213)	(1.093)
Planos de previdência privada (nota 17)	(63)	(55)
Outras	(2.382)	(1.974)
Despesas com serviços de terceiros	(7.377)	(7.283)
Despesas com localização e funcionamento	(5.412)	(6.181)
Despesas com publicações	(477)	(620)
Despesas com taxa de saúde suplementar	(1.692)	(1.750)
Despesas com donativos e contribuições	(270)	(182)
Outras	(173)	(95)
Total	(22.040)	(24.687)

c. Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	34.304	40.634
Atualização monetária de créditos tributários	2.326	5.573
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	211	775
Outras receitas financeiras	333	267
Subtotal	37.174	47.249
Despesas financeiras		
Atualização monetária de contingências passivas	(47)	(164)
Encargos sobre tributos	(47)	(219)
Outras despesas financeiras	(2.792)	(3.020)
Subtotal	(2.886)	(3.403)
Total	34.288	43.846

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Impostos diferidos		
Reversão/constituição no exercício sobre adições temporárias	(3.174)	1.312
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(22.276)	(31.086)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(25.450)	(29.774)

20 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes de impostos e participações	74.746	88.225
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente	(25.414)	(29.997)
Participações no lucro	156	60
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	(798)	(61)
Outros	606	224
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(25.450)	(29.774)
Alíquota efetiva	34,05%	33,75%

21 Outras informações

a. Relatório do comitê de auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 6 de fevereiro de 2018, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

b. Conciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	48.838	58.274
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
(+) Depreciações e amortizações	1.512	997
(+/-) Outros	519	728
(+/-) Variação das aplicações	739	(54.010)
(+/-) Aplicações liquidadas de provisões técnicas	(37.883)	(40.808)
(+/-) Aplicações livres	38.622	(13.202)
(+/-) Variação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde	(11.890)	(42.616)
(+/-) Contraprestação pecuniária/prêmios a receber	(13.329)	(30.809)
(+/-) Operadoras de planos de assistência à saúde	152	(10.084)
(+/-) Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.287	(1.723)
(+/-) Variação de créditos tributários e previdenciários	1.560	(17.906)
(+/-) Variação de bens e títulos a receber	(1.165)	29
(+/-) Variação de despesas antecipadas	(2)	(4)
(+/-) Variação de depósitos judiciais e fiscais	1.711	(447)
(+/-) Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(7.565)	33.551
(+/-) Variação de débitos de operações de assistência à saúde	4.650	2.654
(+/-) Variação de provisões	(8.531)	3.562
(+/-) Variação de tributos e encargos sociais a recolher	(6.235)	8.527
(+/-) Variação de débitos diversos	6.298	12.875
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	30.439	6.214

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos evidência de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0